

**Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais****ATA**

ATA N. 04 – COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	
Data	09 de maio de 2024
Horário	Início: 15h Término: 16h20m
Local	Sala de reuniões do 4º andar
Participantes	Juíza Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues, e os servidores Ana Paula Araújo Sales Rezende, Kely Cristina Barbosa Machado, Leonardo Vaz de Melo, Maximiliano Félix Lopes, Thiago Augusto Duarte Pereira e Zélia Maria Bernardo.
Ausentes	O Desembargador Jadir Silva e as servidoras Andressa Ariane Valle Medrado Marenga e Fernanda Vilas Boas Fuscaldi justificadamente não compareceram.
Próxima reunião	28 de maio de 2024
Assunto	Planejamento das ações da comissão
Discussão	<p>Aberta a reunião, conforme combinado no último encontro, a Dra. Carolina esclareceu a todos que as nomenclaturas corretas e que devem ser utilizadas são "pessoa com deficiência" - ainda que seja uma deficiência transitória - e "pessoa com mobilidade reduzida", podendo ser acrescentada a especificidade, se for o caso, como por exemplo: "pessoa com deficiência auditiva" ou "pessoa com transtorno do espectro autista". Em seguida, os colaboradores Marco Túlio Bianchini Balmant e Michelly Fernandes de Melo foram convidados a participar da reunião com a finalidade de auxiliar no esclarecimento dos itens pendentes de cumprimento e que estão transcritos nas planilhas "Indicador do Plano Estratégico" e "Indicadores de Acessibilidade 2024". Após deliberação de todos, ficou definido que, na próxima reunião: 1) a Comissão elaborará um Plano Anual de Acessibilidade, a fim de definir diretrizes e ações a serem realizadas ao longo do ano e organizar, de forma sistematizada, como essas ações serão realizadas. Para isso, os membros da comissão deverão apresentar sugestões de datas e ações que considerem essenciais para construção desse calendário de atividades; 2) a Dra. Carolina verificará junto à EJM as capacitações da Comissão que estão pendentes e se há alguma previsão de data para que sejam realizadas; 3) a Dra. Zélia iniciará os trâmites para estabelecer um diálogo com as comissões de acessibilidade dos outros tribunais mineiros (TJMG, TRT-MG, TRE-MG e TRF6) e, ainda, verificará com o Cel. Giovanne como será o fluxo para as demandas administrativas da Comissão relacionadas a contratação de capacitação e palestras; 4) os membros da Comissão deverão dar sugestões para que o item 2.11 - "Ações de promoção da inclusão", do anexo da Resolução CNJ nº 401/2021, seja cumprido e, ainda, verificar se há algum item do referido anexo que não esteja sendo observado. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Paula Araújo Sales Rezende, Oficial Judiciária, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os presentes.</p>



Documento assinado eletronicamente por **ZÉLIA MARIA BERNARDO, Assessor de Juiz**, em 10/05/2024, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JADIR SILVA, Presidente da Comissão**, em 10/05/2024, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA ALEIXO BENETTI DE OLIVEIRA RODRIGUES, Juiz(a) de Direito Substituto do Juízo Militar**, em 10/05/2024, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA ARAÚJO SALES REZENDE, Oficial Judiciário**, em 10/05/2024, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO HENRIQUE VAZ DE MELO, Oficial Judiciário**, em 10/05/2024, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAXIMINIANO FELIX LOPES, Oficial Judiciário**, em 10/05/2024, às 17:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0301685** e o código CRC **6801DB7D**.